

15.7. A apresentação de proposta à presente licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se, preferencialmente, o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal – SEI/TJMG.

15.7.1. As notificações serão encaminhadas ao endereço eletrônico informado na proposta ajustada, no cadastro no SEI ou, na ausência desses, ao endereço eletrônico informado no CRC.

15.7.1.1. Em caso de não manutenção da proposta, as notificações ocorrerão por meio do endereço eletrônico registrado no CRC.

15.7.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do licitante ou Contratado após o encaminhamento de notificação por meio de um dos endereços eletrônicos previstos nos subitens anteriores poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

15.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.10. Salvo por ato do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, ou por disposição em contrário, a suspensão do expediente do Tribunal não implica em suspensão da contagem dos prazos previstos neste Edital.

15.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.12. É vedado caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira.

15.13. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no art. 125 da Lei 14.133, de 2021.

15.14. O Edital e seus anexos são complementares entre si, devendo ser lidos e interpretados na íntegra e conjuntamente, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após encaminhamento da proposta.

16. DA REGÊNCIA

16.1. Esta Licitação é regida pela legislação abaixo descrita, dentre outras:

- a) [Lei federal nº 14.133, de 2021](#);
- b) [Lei federal nº 13.709, de 2018](#);
- c) [Lei federal nº 12.846, de 2013](#);
- d) [Lei complementar federal nº 123, de 2006](#);
- e) [Decreto 48.723, de 2023](#);
- f) [Decreto 48.779, 2024](#);
- g) [Resolução CNJ nº 400, de 2021](#);
- h) [Portaria Conjunta nº 593/PR/2016](#).

17. DOS ANEXOS

17.1. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência 26108947;

Anexo II - Regras para Cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal - SEI/TJMG;

Anexo III - Declarações referentes às Condições de Participação, Apresentação de Proposta e Habilitação;

Anexo IV - (modelo) Proposta Ajustada;

Anexo V - (modelo) Planilha de Custos e Formação dos Preços;

Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VII - Minuta de Termo de Adesão - Órgão não participante;

Anexo VIII - Minuta do Contrato. ^[1]

^[1]Minuta de contrato elaborada pela GECONT e previamente aprovada pela ASCONT

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE

Gerência de Adaptações e Sistemas Prediais (GEASI), vinculada à Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (DENGEP).

2. OBJETO

2.1. Definição

Eventual contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento do equipamento "portal detector de metal", instalado e ativado, com garantia integral de 36 (trinta e seis) meses, com vistas ao atendimento a demandas de unidades do TJMG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Natureza

Objeto de natureza comum conforme art. 6, inciso XLI, da Lei 14.133/2021.

2.3. Lote / Quantitativo

LOTE	CÓD. SIAD	DESCRIÇÃO SIAD	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
ÚNICO	1546031	<p>Tipo: pórtico formato portal microprocessado; tensão de alimentação: bivolt; consumo de energia: conforme fabricante; temperatura de operação: -10 a 50 °C; alarme: luminoso e sonoro com ajustes (volume/tom); discriminação: mínimo de 08 (oito) zonas distintas (independentes); opcionais (1): contador/sensor de passantes; dimensões: largura interna mínima de 700mm; vão livre: mínimo 700mm;</p> <p>Especificação complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de detecção de metais ferrosos e não ferrosos, com função programável; • Capacidade de detecção de armas brancas e de todos os modelos de arma de fogo; • Comprimento do cabo de alimentação: 1,5 metros, no mínimo; • Tomada de alimentação padrão NBR 14136; • Possibilidade de alimentação por qualquer um dos lados (direito ou esquerdo) ou altura (piso/forro/parede) considerando-se a disponibilidade do ponto elétrico em cada prédio; • Dimensões internas mínimas (livres): largura 0,70m e altura 2,05 ± 0,05 m; • Bases de fixação no piso resistentes e impermeáveis; • Dispositivo liga/desliga; • Painel de controle integrado, com teclado e <i>display</i> de cristal líquido (LCD) para operação e configuração do equipamento; • Controle de programação protegido por senhas de acesso restrito a pessoas autorizadas; mínimo de 02 níveis de acesso; • Memória não volátil (EPROM); • Tecnologia multizonas; <u>mínimo</u>, de 08 (oito) zonas de detecção independentes e distribuídas verticalmente; • Sensibilidade: mínimo de 100 níveis ajustáveis e independentes por zona; • Coluna luminosa lateral para indicação da posição real do(s) objeto(s) detectado(s); • Alarme visual luminoso com acendimento proporcional a intensidade do sinal de detecção (<i>bargraph</i>); • Aviso de detecção sonoro com ajuste de volume e possibilidade de inibição; • Operação a distância mínima de 50 cm de equipamento de detecção tipo <i>scanner raio x</i> ou outro portal (instalados lado a lado) sem apresentar falsos alarmes causados por interferências eletromagnéticas; • Contador de passagens; • Em conformidade com a norma ABNT NBR 5410 • Manual e programação em língua portuguesa. 	UNID.	100	R\$12.545,00	R\$1.254.500,00

2.4. Marcas e modelos de referência

- MAGNETEC / MAGXXI 600HD/ST (com barra de leds);
- DETRONIX / METTUS DX/8S - 8Z;
- MINEORO / MP36 8AV(com barra de leds).

Nota: Serão aceitas as marcas e modelos de referência mencionados, desde que atendam integralmente às especificações técnicas previstas neste Edital.

2.5. Vigência

Em conformidade com o art. 84 da Lei 14.133/2021 o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 01 (um) ano contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogada conforme previsto na cláusula terceira da Ata de Registro de Preços.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos dos Estudos Técnicos Preliminares 25819207 e 24007796.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO / ESCOPO DO OBJETO

4.1. Prazos para fornecimento

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO DE TESTES E TREINAMENTO	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL
DE 01 A 10 EQUIPAMENTOS	01 (UM) MÊS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	37 (TRINTA E SETE) MESES
DE 11 A 20 EQUIPAMENTOS	02 (DOIS) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	38 (TRINTA E OITO) MESES
ACIMA DE 20 EQUIPAMENTOS	03 (TRÊS) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	39 (TRINTA E NOVE) MESES

4.2. Condições de entrega do equipamento na unidade a ser contemplada

- a) Equipamento novo e em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo;
- b) Equipamento acondicionado em embalagem individual, lacrada e original do fabricante.

4.3. Locais, dias e horários de entrega

4.3.1. Edificações ocupadas pelo TJMG, conforme Guia do Judiciário

Os endereços e demais informações das edificações de primeira instância poderão ser consultadas em https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/pesquisa.do.

Os endereços e demais informações das edificações de segunda instância poderão ser consultadas em https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/segunda_instancia/pesquisa.do.

4.3.2. Edificações a serem ocupadas pelo TJMG

No decorrer da contratação, em razão de conclusão de obras ou por quaisquer outras razões que impliquem em ocupação de novas edificações, seja por desapropriação, locação, aquisição, doação, cessão de uso, dentre outros, poderão ser demandados serviços em tais edificações.

4.3.3. Dias e horários: Dias úteis, de 8h00 às 18h00;

4.3.4. A partir de solicitação da CONTRATADA e sendo previamente autorizado pela administração da unidade a ser contemplada a entrega, instalação e ativação de equipamento poderão ser efetuadas a partir das 18:00h dos dias úteis e aos finais de semana ou feriados desde que não haja ônus adicional para o TRIBUNAL;

4.3.5. A critério da administração da unidade a ser contemplada poderá ser autorizada a permanência de veículo da CONTRATADA no interior de tal unidade em período estritamente necessário à entrega, instalação e ativação de equipamento.

4.4. Instalação, execução de testes e treinamento

4.4.1. Caberá à CONTRATADA ou SUBCONTRATADA a instalação, a execução de testes e o treinamento de funcionário(s) da unidade contemplada designado(s) pela respectiva administração;

4.4.2. Para instalação deverá ser rigorosamente observada a indicação (local e posição) definida em projeto do TRIBUNAL para um ou mais portais quando aplicável. Sendo eventualmente identificado pelo instalador incompatibilidade que dificulte ou impeça o atendimento à condição prevista no referido projeto ou sendo requerido pela administração da unidade contemplada instalação em condição diversa também do referido projeto caberá à CONTRATADA interromper o serviço e acionar imediatamente a Fiscalização, que, exclusivamente, definirá a ação a ser tomada;

4.4.3. Eventualmente havendo no local indicado para instalação de portal novo um portal em uso a ser substituído caberá ao instalador a remoção e colocação deste em área próxima para que a administração da unidade providencie a guarda provisória em local reservado;

4.4.4. Eventual adequação de infraestrutura civil e/ou elétrica necessária para instalação deverá ser providenciada pelo TRIBUNAL;

4.4.5. Os técnicos da CONTRATADA que realizarão o treinamento devem possuir domínio completo do equipamento, de modo a operar o equipamento, bem como prestar todos os esclarecimentos sobre as especificações, sem quais quer restrições;

4.4.6. A CONTRATADA deverá repassar todas as funcionalidades do equipamento, abordar a sua correta utilização, bem como todos os procedimentos e comandos referentes à configuração do equipamento, como por exemplo: ajustes de alarmes e alteração do nível de sensibilidade de detecção das zonas .

4.5. Assistência técnica em garantia

4.5.1. A assistência técnica deverá ocorrer nos locais de instalação durante período de 36 (trinta e seis) meses, constituído de 03 (três) meses de garantia legal acrescidos de 33 (trinta e três) meses de garantia estendida e iniciado na data de entrega de equipamento em plena condição operacional, com consequente emissão de Termo de Recebimento Provisório pelo TRIBUNAL;

4.5.2. A cobertura no período de garantia deverá ser total para falhas de fabricação ou instalação, cabendo à CONTRATADA prover em quantidade indeterminada todos os recursos necessários ao restabelecimento da plena condição operacional de equipamento avariado ou a substituição de equipamento defeituoso por novo sem ônus adicional de qualquer natureza para o TRIBUNAL;

4.5.3. Eventual substituição de peça deverá ser feita por exemplar novo e integralmente compatível com o equipamento;

4.5.4. Condições de atendimento em garantia:

a) Quantidade de chamados: Indeterminada, sem ônus adicional para o TRIBUNAL;

b) Abertura de chamado: De 09h00 às 17h00 dos dias úteis na sede da CONTRATADA;

c) Prazo para reparo ou contenção de falha a partir de chamado: até às 18h00 do segundo dia útil seguinte ao dia do chamado, sendo admitida, se devidamente justificada, a extensão do mesmo a partir de solicitação da CONTRATADA.

4.5.4.1. Caso o prazo requerido exceda 10 (dez) dias úteis a partir do chamado caberá à CONTRATADA a substituição definitiva do portal defeituoso por novo, de mesmo modelo ou superior, ou por provisório, de mesmo modelo ou superior e em plena condição operacional;

4.5.4.2. Caso ocorram 03 (três) chamados devidamente formalizados para problemas de mesma natureza (recorrência de falha) e para um mesmo equipamento a CONTRATADA deverá substituí-lo por novo da mesma marca e modelo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após notificação.

4.5.5. A exclusão de cobertura em garantia ocorrerá em caso de falhas decorrentes de uso inadequado, vandalismo ou exposição a agentes deletérios (água, produtos químicos etc.);

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Visita técnica prévia

Não aplicável.

5.2. Habilitações

Conforme item 8 do Edital

5.3. Obrigações do TRIBUNAL

5.3.1. Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.3.2. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades constatadas na entrega do objeto;

5.3.3. Rejeitar, no todo ou em parte, objeto entregue em desacordo com a previsão contratual, justificando as razões da recusa;

5.3.4. Notificar tempestivamente a CONTRATADA quanto a autuações, notificações e intimações que venha a receber relativas ao descumprimento, pela mesma, de obrigações decorrentes de normas e legislação aplicáveis ao objeto contratado;

5.3.5. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à entrega do objeto contratado;

5.3.6. Providenciar infraestrutura civil e elétrica eventualmente necessária à entrega do objeto contratado;

5.3.7. Efetuar os pagamentos nos termos contratualmente estabelecidos;

5.3.8. Proibir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA, sob qualquer pretexto, efetuem no período de garantia intervenções técnicas nos equipamentos fornecidos e instalados;

5.3.9. Assumir o ônus de intervenções corretivas para reparo de equipamento por danos decorrentes de uso inadequado, vandalismo ou exposição a agentes deletérios (água, produtos químicos etc.).

5.4. Obrigações da CONTRATADA

5.4.1. Fornecer e instalar equipamentos novos, nos prazos estipulados, em conformidade com as especificações técnicas previstas no contrato e em estrita observância a normas técnicas e de segurança do trabalho aplicáveis;

5.4.2. Efetuar instalação de equipamentos por meio de profissionais com vínculo formal com a CONTRATADA ou SUBCONTRATADA e devidamente habilitados;

5.4.3. Prover os profissionais responsáveis por instalação de uniforme com identificação da CONTRATADA ou de SUBCONTRATADA;

5.4.4. Prover os profissionais responsáveis por instalação de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) aplicáveis e fiscalizar a utilização dos mesmos;

5.4.5. Prover os profissionais responsáveis por instalação de todos os ferramentais necessários e suficientes;

5.4.6. Informar prontamente à Fiscalização a ocorrência de fatos próprios ou alheios à execução do objeto que afetem o regular fornecimento do mesmo;

5.4.7. Prestar informações solicitadas pela Fiscalização nos prazos determinados;

5.4.8. Comunicar formalmente à Fiscalização a conclusão de instalação;

5.4.9. Destinar de forma ambientalmente adequada materiais recicláveis e não-recicláveis gerados após instalações;

5.4.10. Indenizar o TRIBUNAL por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do contrato por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

5.4.10.1. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

5.4.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais designados para instalações previstos na legislação pátria vigente, de âmbito trabalhista, previdenciário, social e securitário, bem como com as taxas, impostos, frete, embalagens e outras que incidam ou venham a incidir sobre a entrega do objeto contratado;

5.4.12. Manter durante a vigência contratual e de acordo com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação.

5.5. Subcontratação

Admitida para serviço de instalação, execução de testes, treinamento e assistência técnica em garantia.

5.6. Requisitos legais e técnico-normativos

Não aplicável.

5.7. Garantia contratual

Não aplicável.

5.8. Seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais

Não aplicável.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

6.1. Observado o disposto no art. 117 da Lei Federal 14.133, de 2021, e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos a execução de eventuais contratos será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contrato ou por seus respectivos substitutos, representantes do TRIBUNAL especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma lei;

6.2. Os eventuais contratos serão geridos por servidor(a) efetivo(a) ocupante do cargo de gerente da Gerência de Adaptações e Sistemas Prediais (GEASI), que designará formalmente, por meio de Termo de Designação, os fiscais mencionados;

6.3. A supervisão, o controle e a fiscalização da execução contratual pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações contratuais;

6.4. A Fiscalização, à qual a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para monitorar a execução contratual em estrita observância aos requisitos estabelecidos;

6.5. A Fiscalização comunicará formalmente à CONTRATADA as desconformidades porventura existentes na entrega do objeto e estabelecerá prazo para correções aplicáveis sob pena de aplicação de sanções administrativas, garantido o contraditório e a ampla defesa;

6.6. A Fiscalização, além da obrigação precípua de cumprir e fazer cumprir os termos contratuais, deverá atuar proativamente visando a identificação de riscos potenciais à regular execução contratual e, quando aplicável, a adoção de medidas que preservem o necessário equilíbrio entre a demanda da Administração a ser satisfeita e a contrapartida financeira a que fizer jus a CONTRATADA.

7. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme item 13 do Edital e disposições da Minuta de Contrato - Anexo VIII

8. RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. O objeto será recebido na forma prevista no art. 140, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.2. O recebimento provisório dar-se-á se cumpridos os seguintes requisitos:

a) Conformidade de equipamento com a especificação técnica e demais condições contratualmente previstas;

b) Equipamento instalado, ativado e em plena condição operacional;

c) Treinamento inicial de operação efetuado;

d) Encaminhamento à fiscalização de **Termo Circunstanciado de Entrega** ou documento similar endossado por representante da administração da unidade contemplada, em que deverá constar declaração de conformidade de equipamento com a especificação técnica, de conformidade funcional a partir dos testes aplicáveis (descrição dos testes) e de execução de treinamento a funcionário(s) designados(s) pela administração da referida unidade (nome (s) completo(s) e legível(is), data e assinatura(s)).

8.1.2.1. Atendidos todos os requisitos anteriores será emitido pelo TRIBUNAL o **Termo de Recebimento Provisório**, unitário ou para conjunto de equipamentos, a ser endossado pela CONTRATADA;

8.1.2.2. Equipamento poderá ser rejeitado havendo desacordo com condições contratualmente previstas e/ou com a proposta da CONTRATADA, devendo ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, a suas custas, sem prejuízo de aplicação de penalidades;

8.1.2.3. O recebimento provisório do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa nem a ético-profissional pela sua perfeita execução.

8.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á ao término do período de garantia de 36 (trinta e seis) meses, não sendo constatados vícios ocultos ou falhas que impeçam o regular funcionamento de equipamento;

8.1.3.1. Atendido o requisito anterior será emitido pelo TRIBUNAL o **Termo de Recebimento Definitivo**, unitário ou para conjunto de equipamentos, a ser endossado pela CONTRATADA.

8.2. Pagamento

8.2.1. Após recebimento de equipamento(s) instalado(s) e em plena condição operacional bem como sendo atendidos demais requisitos contratualmente previstos será liberado para pagamento 100% (cem por cento) do valor contratado por equipamento;

8.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Adaptações e Sistemas Prediais (GEASI) Nota Fiscal/Fatura referente a equipamento recebido e aprovado contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, quantidade, preços unitário e total;

8.2.3. Identificadas quaisquer divergência na Nota Fiscal a mesma será devolvida à CONTRATADA para a devida regularização, hipótese em que o prazo para pagamento será contado a partir de reapresentação devidamente regularizada;

8.2.4. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo TRIBUNAL, devidamente fundamentada, não implicará direito da CONTRATADA de suspender o fornecimento do objeto;

8.2.5. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, conforme programação orçamentária e financeira prevista

ANEXO II - REGRAS PARA CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO DO TRIBUNAL - SEI/TJMG

1. O Adjudicatário deverá se cadastrar como usuário externo do sistema SEI!, devendo utilizar endereço eletrônico (e-mail) vinculado às suas atividades comerciais, por meio do link https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0
2. Para que seja liberado o acesso e realizado o cadastramento no SEI/TJMG, o **representante legal que tiver realizado o envio da proposta** deverá encaminhar, ao e-mail **suportesei@tjmg.jus.br**, cópia do seu *RG, CPF, Comprovante de endereço* , bem como o motivo: *"Envio de Documento <informar o documento> para a licitação"* .
3. Realizado o cadastro, o Adjudicatário poderá acessar o sistema, por meio do link: https://sei.tjmg.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0
4. O não cadastramento no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/TJMG configura recusa à assinatura do termo de contrato ou à aceitação do instrumento equivalente, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do §5º do art. 90 da Lei federal nº 14.133, de 2021, sujeitando o Adjudicatário às penalidades legais.
5. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI-TJMG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.
6. A apresentação de proposta à licitação importa em aceitação expressa de recebimento de notificações por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do Tribunal – SEI/TJMG.
- 6.1. Efetuado o cadastro, as notificações serão encaminhadas exclusivamente ao endereço eletrônico registrado.
- 6.2. A ausência de manifestação expressa e tempestiva do cadastrado após o encaminhamento de notificação ao endereço eletrônico registrado poderá importar em declaração de revelia, devendo ser observados os prazos legais para defesa prévia e alegações finais.

ANEXO III - DECLARAÇÕES REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

<Este anexo deverá ser enviado juntamente com a proposta ajustada, conforme subitem 7.4.4>

<Havendo participação de consórcio, as declarações desse anexo deverão ser preenchidas individualmente por cada empresa participante do consórcio, conforme subitem 8.6.2.>

Pregão Eletrônico nº 055/2026
Planejamento SIAD nº 118/2026
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de portais detectores de metal, incluindo instalação, ativação e garantia integral de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações técnicas, Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste edital

Pelo presente, [LICITANTE], [CNPJ E ENDEREÇO], por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da legislação aplicável, que:

DECLARAÇÃO	DECLARO	NÃO SE APLICA
1. Não é o autor(a) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo vinculado ao objeto licitado. (3.3. "d") *aplicável quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens relacionados ao anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado ao objeto licitado.		

<p>2. Não é responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, nem o autor do projeto é seu responsável técnico ou subcontratado, dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do seu capital com direito a voto.</p> <p>* aplicável quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários. (3.3. “e.2”)</p>		
<p>3. Não é agente público investido ou vinculado ao Tribunal, e não se enquadra em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício de cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. (3.3. “f”)</p>		
<p>4. Não auxiliou a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que tenha prestado assessoria técnica vinculada ao objeto licitado. (3.3. “g”)</p>		
<p>5. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (3.3. “h”)</p>		
<p>6. Não é pessoa física ou empresário individual que possua relação, na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membro ou juiz vinculado, e/ou com qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção ou de assessoramento. (3.3 “i”)</p>		
<p>7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas e/ou de qualquer dos servidores do Tribunal que seja investido em cargo de direção, chefia ou de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça. (3.3 “j”)</p>		
<p>8. Não está concorrendo com empresa controladora, controlada ou coligada, nos termos da Lei federal nº 6.404/1976. (3.3 “k”)</p>		
<p>9. Não é pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (3.3 “l”).</p>		
<p>10. Não está proibido(a) de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) (3.3 “m”).</p>		
<p>11. É pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país. (3.3 “n”).</p>		
<p>12. Se enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou equiparadas não celebrou, neste ano-calendário, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (4.3.1)</p>		
<p>13. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que informações recebidas são suficientes para a elaboração da proposta comercial. (5.4 “a”)</p>		
<p>14. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo. (5.4. “a”)</p>		
<p>15. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. (5.4. “a”)</p>		
<p>16. Não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos, ou em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (5.4. “b”)</p>		
<p>17. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado. (5.4. “c”)</p>		